

# Belo Monte ameaça desastre ambiental e ignora direitos dos povos locais

Por André Bontempo,  
Mariana Santarem  
e Pedro Moutropoulos\*

*Projeto megalomaniaco herdado da ditadura revela contradições dentro do governo Lula e levanta debate sobre desenvolvimento e matriz energética brasileira*

A usina de Belo Monte virou assunto recorrente por causa das várias polêmicas que envolvem sua construção. Os problemas socioambientais gerados na região são tomados como gigantescos, para especialistas. Por outro lado, o governo promete que esta é a única maneira de assegurar que o Brasil não tenha um déficit de energia num futuro próximo. O debate atingiu visibilidade na imprensa, ao mesmo tempo que a luta popular de comunidades indígenas e ONGs a favor do meio ambiente ganhou proporções públicas e o apoio de diversas camadas da sociedade. No entanto, na política a usina se tornou ponto sensível em discordâncias com o governo Lula, que deixa brechas obscuras em seus reais objetivos para ter o projeto como um dos carros-chefes do PAC. Projetada durante a ditadura militar, Belo Monte tem marcas de uma história de contradições.

Pois a fim de liderar o que mais tarde seria um grande projeto da Eletronorte, para concretizar o chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, se iniciaram durante o governo Geisel os primeiros Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, concluídos em 1980. Quase uma década mais tarde, os indígenas, excluídos de um processo cujas decisões afetavam diretamente suas próprias aldeias e cultura, organizaram o primeiro encontro dos povos indígenas do Xingu: o objetivo era dar basta à maneira como se conduzia este processo e se manifestar contra a construção de usinas hidroelétricas na região. Ao menos 10 comunidades seriam prejudicadas com a edificação da obra. E, por isso, o nome é então alterado de Kararaô para Belo Monte, num sinal, que se diz ser em respeito aos indígenas.

Em 1994, o projeto foi remodelado de modo que a o reservatório então pretendido tivesse sua área diminuída de 1225km<sup>2</sup> para 400km<sup>2</sup> - e hoje, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prevista em 516km<sup>2</sup>. "Eles quiseram dar resposta aos impactos ambientais, então eles mesmos [do governo] diminuíram o tamanho do lago. Mas, mesmo assim, eles mexeram com o entorno, a grande volta do Xingu, que mexe com moradores, com os indígenas e que mexe muito com a biodiversidade local", pondera o Deputado Federal, Ivan Valente (PSOL-SP). Esse novo modelo, apresentado a época para o DNAEE (antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, atual ANEEL) e para a Eletrobrás, vinha com a intenção de agradar ambientalistas e atrair investidores estrangeiros. Preservava-se, de acordo com o que era alegado, pelo menos uma das 29 terras indígenas ao longo do Xingu da inundação - a de Paquiçamba.

O projeto aderiu, em 2001, a um "plano de emergência", com gasto previsto em US\$ 30 bilhões, do Ministério de Minas e Energia, para criar 15 hidrelétricas: entre elas, Belo Monte. A idéia vi-



“ Quando se faz o alagamento de uma área, o que é que você imagina que acontece com as pessoas que não saem? Simples.

E isso já aconteceu no Brasil ”

(Myrián Hess)

nha na mesma época do "Apagão" e racionamento de energia elétrica durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, o PT (Partido dos Trabalhadores) com a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência lança um documento intitulado "O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil", o qual cita a usina e especifica que "a matriz energética brasileira, que se apoia basicamente na hidroeletricidade com mega-obras de represamento de rios, tem afetado a bacia amazônica"; hoje, a atual candidata do PT, Dilma Rousseff, diz que "se o Brasil não produzir energia hídrica, vai produzir energia térmica".

Ainda no ano de 2001, o Ministério Público move uma ação a qual determina a suspensão dos Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impacto do Meio Ambiente (EIA-RIMAs) da usina. "Eu chamo de indústria [os EIA-RIMAs] porque lógico que o que prevalece não é a ciência. O que prevalece é que quem paga a banda é quem escolhe a música", diz Myrián Hess, geóloga, mestre em energia pela Universidade de São Paulo (USP), em entrevista ao **Contraponto**. A partir daí foi decidido que caberia ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) licenciar a obra, uma vez visto que o Rio Xingu, como rio da União, deveria ser examinado por órgão de tal.

Mas, em junho, fica estabelecido ao Con-

selho Nacional de Meio Ambiente (Conama), pela Medida Provisória 2152-2001 - conhecida como "MP do Apagão" - no seu artigo 8o, parágrafo terceiro, que caberia a ele decidir sobre "procedimentos específicos simplificados de licenciamento, com prazo máximo de sessenta dias de tramitação para os empreendimentos [...] de impacto ambiental de pequeno porte". E em setembro, uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) reconhece, por um lado, o projeto de Belo Monte como de interesse estratégico para a expansão da hidroeletricidade até o ano de 2010.

A localidade remota do empreendimento, muito distante dos grandes centros urbanos e dos principais pólos industriais brasileiros, por outro lado, não deixa claro o destino para o qual irá a eletricidade produzida pela usina. "A energia que será gerada em Belo Monte não atenderá a população local, a exemplo de outras barragens que são construídas na amazônia. A energia entra no sistema nacional pelas linhas de transmissão ou então é distribuída para as grandes empresas eletro-intensivas que se instalam na região", declara a assessora de imprensa do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). E "certamente, ao pensar Belo Monte, está se pensando muito em indústrias eletro-intensivas. Elas são as maiores interessadas nessa questão", completa Valente.

Com o novo governo federal, de Lula, eleito em 2003, Luiz Pinguelli Rosa assume a presidência da Eletrobrás. Ele logo declara que as condições do projeto de Belo Monte entrarão em pauta com a discussão sobre o desenvolvimento econômico e social dos entornos da barragem. No ano seguinte, Pinguelli diz que a hidrelétrica é um "Projeto Nacional" e promete fazer as devidas consultas e negociações para a continuidade da obra. E em maio de 2005, a Câmara dos Deputados aprova um Projeto de Decreto Legislativo que autoriza a implantação do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte pelo Poder Executivo, des-



**Comunidades locais não serão beneficiadas pela construção da usina**



**Rio Xingu, onde será construída Belo Monte, é um dos principais rios que correm pelos estados do Mato Grosso e Pará**

de que fossem concluídos os estudos de viabilidade ambiental, os EIA-RIMAs, realizados pelo Ibama sob a solicitação da própria Eletrobrás.

Para que, porém, as primeiras pesquisas de impacto fossem iniciadas, a Eletrobrás fez solicitação que foi entregue em um Termo de Referência para o EIA, após um ano de vistorias. O termo foi seguido pela decisão do CNPE a qual definia que Belo Monte seria construída apenas consequente nova vistoria técnica do Ibama, que, por sua vez, apresentou danos ambientais minimizados se comparados com o primeiro relatório. "A modelagem em si é totalmente passível de manipulação. Efetivamente ocorrem as manipulações. Ela não é científica, ela é atrelada aos interesses do mercado de quem é que está pagando esses EIA-RIMAs", critica Hess.

Outro ponto de discordância sobre o estudo está na legitimidade dos interesses com que este foi realizado. Isso porque o Tribunal Regional Federal da 1ª região de Brasília permitiu que as empreiteiras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez participassem das pesquisas dos EIA-RIMAs. Após a entrega dos relatórios, o CNPE indicou o projeto como prioridade, ato consumado nas diretrizes do leilão da usina, realizado dia 20 de Abril de 2010, em audiên-

cia pública, disputado por dois consórcios formados por empreiteiras e gigantes do ramo da energia, como a Vale.

A disputa pela usina, todavia, encontrou empecilhos para ser concretizada e entrou em imbróglio jurídico. A primeira liminar da Justiça Federal do Pará foi expedida quatro dias antes do leilão, suspendendo a permissão dada pelo Ibama para a realização da obra; a ação, contudo, foi cassada pelo TRF-1, sob a alegação do desembargador Jirair Aram Meguerian de que a usina não consistia em ameaça para a comunidade indígena e que a não realização do leilão traria prejuízos à economia pública. A Justiça do Pará, na contramão desse processo, entrou com recursos para que o leilão fosse cancelado, e a ANEEL, no dia 19 de abril, voltou a impedir a venda da usina. Entretanto, o órgão recusou-se a rever sua decisão e cassou pela segunda vez a liminar, decidindo que o leilão se realizaria como previsto.

Com menos de 5% de diferença nos preços ofertados, o consórcio ganhador arrebata a usina depois de apenas 10 minutos de leilão. O resultado foi suspenso por mais uma liminar, novamente cassada, dando fim a uma disputa que mobilizou movimentos sociais, comunidades inteiras e uma parte da sociedade que lutou para evitar uma obra bilionária. Mas "é um custo que vai ser feito para quê?", pondera Hess. "Para se violar direito indígena, de populações tradicionais, para destruir gravemente o meio ambiente, para criar todo um desequilíbrio ambiental na região!?".

#### **Viabilidade econômica e ambiental –**

Unindo tanto questões ambientais quanto a incerta promessa da energia gerada pelo projeto, está o trecho de cem quilômetros da Volta Grande do Rio Xingu, que virará um leito seco com fim de dar vazão necessária à usina. O rio é o principal que corre pelos estados do Mato Grosso e do Pará, além de ser fonte para a alimentação dos povos que vivem na região, essencial para o equilíbrio da fauna e da flora, e estratégico para a construção de Belo Monte. Somado a esses evidente prejuízo e desequilíbrio ecológico que a modificação dele traria, outro questionamento a se fazer é sobre a sazonalidade à qual o Xingu está submetido.

O fato do rio ser sazonal significa que seu curso é variável de acordo com as estações do ano, bastante marcadas, neste caso, pelas diferenças no nível pluvial. A usina funcionaria, em grande parte do tempo, muito abaixo da sua potência total de 11 mil MW, de modo que, dependendo da época,

a geração média de energia seria em torno de 4,5 mil MW – isto é, 40% do total da energia que o governo declara ser essencial para o Brasil.

Pela seca do rio e pela construção da usina em si, centenas de espécies únicas da região teriam que migrar a outro ambiente para sobreviver, o que o Ibama vê como uma solução para o prejuízo na biodiversidade. Mas assim já se causam inúmeros desequilíbrios ecológicos em outros ecossistemas que não são considerados nos EIA-RIMAs apresentados. A única salva que o instituto fez aos seus eufemismos quanto ao impacto ambiental é a declaração que, de fato, pelo menos cinco espécies entrariam em extinção por causa da hidrelétrica. "Você tem, por exemplo, a fauna que conseguir sobreviver e por escorraçamento ir embora, [mas] ela acaba desequilibrando todas as cadeias ecológicas no entorno.", explica Hess.

Além do impacto ambiental subavaliado, o tratamento dispensado às comunidades indígenas é frio e insensível, como declara a assessoria do MAB: "Para os grandes empreiteiros e demais empresários interessados na construção da obra, os povos (indígenas ou ribeirinhos) e a floresta são empecilhos a serem retirados". De fato, os indígenas que continuarem a resistir e não se retirarem dos locais que serão alagados irão ser afogados junto da floresta. Como declara Hess, que também é ligada a movimentos indígenas: "Os indígenas estão dispostos a resistir até o fim. Resistir até o fim significa, por exemplo, não sair. Quando se faz o alagamento de uma área, o que é que você imagina que acontece com as pessoas que não saem? Simples. E isso já aconteceu no Brasil",

Não apenas culturas inteiras podem ser perdidas dessa maneira, mas também o serão 51.600 hectares de solo fértil. A discussão que se coloca em cheque é justamente sobre o modelo de desenvolvimento que está sendo adotado há alguns anos no Brasil, exemplificado na região. Membro da oposição de esquerda ao Governo Lula, Valente contrapõe: "O Pará será exportador de minério, de madeira e tal, ou ele deve implantar uma indústria? Eu diria que tem outras alternativas: o Pará deveria usar sua biodiversidade e parar com o desmatamento criminoso que é feito no Estado, um dos maiores do mundo, e aproveitar sua biodiversidade e a ocupação racional da floresta."

Hoje, o Brasil levanta a bandeira da energia limpa, ecológica, de impactos ambientais reduzidos, enaltece o uso de combustíveis renováveis, como o etanol, o biodiesel e a biomassa; mas, ainda assim, insiste em Belo Monte, na reprimarização da economia, na política do agronegócio e no desenvolvimentismo megalomaniaco. Quando, em entrevista, a reportagem insistiu na ideia do desenvolvimento com a usina, recebeu de imediato: "Desenvolvimento pra quem, cara pálida!?".



**Xingu: fonte para a alimentação dos povos que vivem na região, essencial para o equilíbrio da fauna e da flora, e estratégico para a construção de Belo Monte**